



## **GESTÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICAS DE PESQUISA: a consolidação da pesquisa em uma universidade comunitária**

Luciane Spanhol Bordignon<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo se insere no campo de investigação da Educação Superior no que diz respeito à consolidação da pesquisa em uma universidade comunitária, que se constitui em um modelo de diferenciação das instituições de ensino superior. O objetivo deste artigo centra-se em analisar e compreender o processo de consolidação da pesquisa na Universidade de Passo Fundo. O artigo foi dividido em dois itens: o entrelaçamento entre a Universidade Brasileira e a Comunitária e o entrelaçamento institucional entre a gestão universitária e as políticas de pesquisa. Os encaminhamentos conclusivos resgatam os avanços e desafios da pesquisa.

**Palavras-chave:** Gestão Universitária. Políticas de Pesquisa. Universidade.

### **1 INTRODUÇÃO**

O ensino superior tem se tornado, tanto em nível mundial quanto nacional, objeto de vários estudos, configurações e, conseqüentemente, de legislações, políticas educacionais e produção de pesquisa.

É inegável a importância da universidade no contexto brasileiro, embora sabe-se que muitos brasileiros não conseguem ascender a esse nível de ensino, mesmo com novas formas de acesso ao Ensino Superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio e as políticas públicas educativas como o PROUNI, o REUNI e as políticas de ações afirmativas.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade de Passo Fundo (UPF). Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/UPF). E-mail: [lu.sbordignon@gmail.com](mailto:lu.sbordignon@gmail.com).

Agradeço a minha querida orientadora prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Estela Dal Pai Franco por ter me aceito como sua orientanda, pela orientação segura e aberta que encoraja o debate e a reflexão, pelas devolutivas cuidadosas, pelos conhecimentos construídos, pela dedicação e por ter me conduzido com a calma necessária para me ajudar a transpor momentos difíceis.

Inserida no contexto da universidade, a pós-graduação também (re)configurou-se passando de uma perspectiva essencialmente disciplinar para uma abertura multi/interdisciplinar, da identidade institucional para redes institucionais. Nessa perspectiva, a formação do sistema de pós-graduação nacional, segundo Martins (2001) significou a iniciativa do Estado brasileiro de se equipar de órgãos e instrumentos para a regulação de diferentes aspectos da vida nacional e para a execução de políticas que lhe permitissem cumprir um projeto de industrialização intensiva do país. O objetivo principal da Capes era garantir a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento econômico e social do país naquele momento.

No sentido de expansão da pós-graduação, esta não ficou somente vinculada às universidades instaladas nas capitais. O processo de interiorização da Educação Superior e, nesse contexto, da pós-graduação, fez-se presente no interior dos estados.

A produção do conhecimento por meio das pesquisas produzidas nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* alavancou regiões interioranas. A presença de universidades comunitárias, públicas não estatais, fez-se sentir principalmente nos estados do sul do Brasil. Nesse sentido, por ser o foco do presente estudo uma universidade comunitária, mais especificamente a Universidade de Passo Fundo (UPF), situada no planalto médio do Rio Grande do Sul, parte-se do pressuposto de que a gestão universitária e as políticas de pesquisa podem assegurar um processo de consolidação da pesquisa.

A criação das universidades comunitárias deve-se, também, ao espírito associativo, com forte presença nos estados do sul do país. Durston (2000) salienta que em determinadas regiões existe um significativo ‘capital social comunitário’ ou coletivo, que consta das normas e estruturas que conformam as instituições de cooperação grupal. Reside não nas relações interpessoais diáticas, mas nesses sistemas complexos, em suas estruturas normativas, gestonárias e sancionadoras.

Neste sentido, este artigo tem por objetivo analisar e compreender o processo de consolidação da pesquisa na Universidade de Passo Fundo, no que tange a gestão universitária e as políticas de pesquisa. O artigo foi dividido em dois itens: o entrelaçamento entre a Universidade Brasileira e a Universidade Comunitária e o entrelaçamento institucional entre a gestão universitária e as políticas de pesquisa.

O procedimento teórico direcionou em duas direções: na reflexão da universidade, pesquisa e pós-graduação, tendo como suporte autores como: FRANCO (2008; 2009), GOERGEN (2013), SEVERINO (2013) e LONGHI (1998; 2011) e na universidade

comunitária Frantz (2004), Morais (1989), Schmidt e Campis (2009), Vanucchi (2003) e Bittar (2008).

O procedimento metodológico se articulou em dois eixos analíticos: na reflexão teórica-contextual, na qual são focalizados aspectos dos documentos institucionais e na abordagem qualitativa das reflexões produzidas na pesquisa de campo.

Nesta perspectiva, foram realizados levantamentos nos relatórios institucionais dos anos de 2011 e 2012, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Também foram realizadas oito entrevistas com gestores universitários: Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários e coordenadores dos programas de pós-graduação (PPG) *stricto sensu* (período compreendido entre 2011 e 2013) em Educação, História, Letras e Envelhecimento Humano. A opção por estes mestrados centram-se por serem voltados para a formação docente e o mestrado em Envelhecimento Humano, além desta perspectiva, por apresentar a perspectiva da interdisciplinaridade.

Os encaminhamentos conclusivos resgatam, no conjunto do estudo, os avanços e desafios da pesquisa na Universidade de Passo Fundo.

## **2 ENTRELAÇAMENTO ENTRE A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA**

As universidades exercem um papel social essencial. Como instituição social, à medida que a sociedade sofre mudanças, a Universidade também se transforma, adquirindo novas configurações e desempenhando novas funções. Vários são os desafios que essas instituições enfrentam, entre eles: a abertura a novos públicos, a introdução de redes nacionais e mundiais de ensino, a autonomia, a gestão e as políticas públicas educacionais.

A universidade tem papel primordial no processo de desenvolvimento humano, na produção do conhecimento científico e no compromisso com a sua comunidade. Morosini (2003, p. 341) define as universidades como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que “se caracterizam por: produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional”.

No contexto mundial, Musselin (2011) salienta que os sistemas foram marcados por duas grandes evoluções: ‘expansão quantitativa e diferenciação dos sistemas de ensino

superior'. As instituições de ensino superior nacionais, de fato, estão submetidas a um duplo movimento de internacionalização e de 'territorialização' que instiga alguns autores como Marginson e Rhoades (2002) a defini-las em 'glonacal', isto é, global, nacional e local ao mesmo tempo.

No plano conceitual e da prática, os modelos institucionais e de educação superior são tratados na convergência de cinco categorias, que, segundo Franco (2009), não exclusivas qualificadas pela prevalência: 'histórica': modelos clássicos nominados pelo lugar ou período no qual se desenvolveram (ex: Academia de Platão, Universidade Medieval...); 'conceitual': caracterizando-se por abstrair do experiencial os escritores que os qualificam e/ou as problematizações que os tensionam (ex: Humboldtiano, Latinoamericano e Napoleônico); 'novas modalidades': IES que surgiram no caudal da globalização e do desenvolvimento científico-tecnológico, cuja prática instituída na 'sociedade do conhecimento' é orientada para o mercado e para laços internacionais (ex: colaborativa, de massa, Processo de Bolonha...), 'diversificação de formatos': direcionamento formativo e/ou religioso-confessional, reveladora de processos que marcam de modo indelével a identidade institucional, como a das instituições e redes confessionais (ex. Jesuíta, Luterana, Metodista...) e de 'políticas públicas brasileiras': modelos instituídos, regulamentados e regulados pelas Políticas Públicas ou delas derivados, a partir da Constituição Federal de 1988 e que se materializam em tipos de Instituições de Ensino Superior (IES), qualificados pela natureza jurídica, organização acadêmica, administração pública e privada, a última com fins lucrativos (estritamente privadas) e sem fins lucrativos (comunitárias confessionais e filantrópicas, como exemplo a Universidade Aberta do Brasil, Universidade de Passo Fundo, Universidade Nova...).

No contexto nacional, apresentam-se as novas configurações do ensino superior brasileiro, quanto às políticas de acesso e de expansão. Quanto ao acesso, o ProUni revela-se como uma política pública que tem o objetivo de democratizar o acesso à educação superior, com a valorização do mérito do estudante, por meio de concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais em instituições privadas de educação superior. Quanto à expansão, o Reuni permite a construção de uma nova arquitetura curricular, caracterizada pelos bacharelados e pelas licenciaturas interdisciplinares.

No contexto do RS, salientam-se as novas configurações, no que diz respeito aos Institutos Federais e à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. No âmbito do Programa de Expansão das Universidades Federais, ampliou-se a oferta do ensino superior público federal, com a criação da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e da Universidade da Fronteira Sul - UFFS.

Em se tratando do ‘ensino superior no Rio Grande do Sul’, segundo o **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul** (2012), vinte e três IES oferecem cursos em programas de Pós-graduação *stricto sensu*. Essas instituições matricularam 17.624 alunos, sendo 62% em mestrado e 38% em doutorado. A região Sul concentra 20% dos Programas de Pós-graduação Mestrado/Doutorado, 21% dos Mestrados, 11% do Doutorados e 20% dos Mestrados Profissionais.

Dentre os modelos de instituições públicas e privadas de ensino superior no Brasil, encontram-se as Universidades Comunitárias. Este modelo de diferenciação das IES estão preconizadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996). A Constituição Federal (1988), em seu artigo 213, refere-se que poderão ser consideradas comunitárias, confessionais ou filantrópicas as escolas que provarem finalidade não lucrativa e aplicarem seus excedentes financeiros em educação. Nesse mesmo artigo, no parágrafo 2º, aponta a possibilidade que as atividades universitárias de pesquisa e extensão recebam apoio financeiro do poder público. O artigo 20 da LDB aponta como comunitária as universidades que são constituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora membros da comunidade.

No Brasil, segundo Schmidt (2011), a terminologia comunitária também está marcada por uma profusa utilização, particularmente no âmbito da educação. Há pelos menos seis distintas referências históricas de educação comunitária no país: as escolas e universidades confessionais, desde a década de 1550; as escolas comunitárias de imigrantes, a partir dos anos 1820; a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, iniciada na década de 1930; o Desenvolvimento de Comunidade, desde a década de 1940; as escolas comunitárias (re)criadas por mobilização popular, a partir dos anos 1970; e as universidades comunitárias regionais, criadas pelas comunidades do Sul a partir dos anos 1940. O uso do termo comunitário, conforme Frantz (2004) se abre e se dilui, de certa forma, na definição de iniciativas que brotam no seio da sociedade civil. Porém, é importante observar que, malgrado essa abertura para usos e sentidos diversos, a noção do comum, quando se materializa em ações sociais, desperta identidade, mobiliza interações e pode levar à construção de compromissos e responsabilidades, pode fundar processos sociais. Assim, é um conceito que contém a idéia de ação, de agregação de sujeitos, de integração de interesses, de associação de forças, de viabilização de potencialidades.

Realizando uma retrospectiva histórica, Bittar (2000), afirma que até a metade dos anos 60, a educação superior brasileira era composta quase que exclusivamente por

universidades públicas e confessionais que tinham como preocupação primeira difundir os princípios de suas crenças não se preocupando com a busca do lucro. Porém, ainda hoje, “não se pode negar que uma das grandes questões continua sendo o financiamento das universidades, especialmente no tocante as confessionais que, até início dos anos 70, ainda eram destinatárias de verbas governamentais.” (BITTAR, 2000, p. 3).

As Universidades Comunitárias (UC) caracterizam-se em sua essência, o sentido de público. O modelo comunitário, presente em todo o Brasil, mais especificamente no sul do país, distingue-se pelo modelo público não estatal.

As IES Comunitárias foram criadas na década de 1940 e consolidadas na década de 1980, totalizando, em 2013, sessenta e três instituições agregadas a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC<sup>2</sup>. O financiamento governamental tem sido cíclico: na década de 60 estavam nominadas no orçamento estatal; na década de 70 recebiam ajudas financeiras específicas, mas decrescentes; com a Constituição Federal de 1988, passaram a receber novamente auxílio orçamentário; o que decaiu a partir dos anos 1990. Para a Vanucchi (2003), a Universidade Comunitária é uma universidade instituída, mantida e supervisionada por uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, gerida por colegiados constituídos de representantes dos professores, alunos e funcionários e da sua entidade mantenedora, bem como da sociedade em geral.

Segundo Schmidt e Campis (2009), as Universidades Comunitárias formam o maior sistema de educação superior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e constituem um modelo próprio da educação superior brasileira. Surgem a partir da década de 1950, fruto da mobilização das comunidades regionais, decididas a suprir a carência de educação de nível superior em face da incapacidade do estado em prover tal serviço. Em pouco tempo, mostraram-se capazes de cobrir as diversas regiões dos estados sulinos.

Esse modelo próprio de educação superior brasileira, baseado nas Universidades Comunitárias em sentido restrito, distingue-se das demais instituições de ensino superior privada em vários aspectos, segundo Schmidt e Campis (2009, p. 29), “a inexistência de fins lucrativos, a gestão democrática, a transparência administrativo-financeira, o controle social, a prestação de contas à sociedade e ao poder público e a ênfase no desenvolvimento regional”. Corroborando com estas características, as palavras de Morais (1989, p. 13) “quanto à estritamente comunitárias o traço marcante seria sua vinculação à comunidade: é patrimônio

---

<sup>2</sup> A ABRUC fundada em 1995, tem como finalidades: promover o desenvolvimento e a integração das Instituições de Ensino Superior Comunitárias Brasileiras, fortalecendo a sua autonomia e buscando, permanentemente, a sua defesa; fomentar o relacionamento com outras entidades congêneres; representar, em juízo ou fora dele, as Instituições membros, sempre que se tratar de assuntos de interesse comum.

de uma comunidade, administrativamente, subordina-se ao Conselho de representantes da comunidade.”

No contexto das universidades comunitárias, Franco e Longhi (2008) sinalizam que estas têm sido estudadas sob duas ideias centrais: a procura de diferenciação em face dos demais segmentos da educação superior e o seu caráter alternativo. Nessa perspectiva, as universidades comunitárias poderiam ser consideradas, na perspectiva de Santos (2006), como uma globalização contra hegemônica, pois se caracterizam pelo seu caráter alternativo e diferenciam-se das universidades de cunho empresarial, por apresentar uma perspectiva pública, mas não estatal.

O reconhecimento legal das Universidades Comunitárias configurou-se a partir da Lei 12.881 de dois mil e três, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES. Esta lei descreve características básicas para a qualificação das Universidades Comunitárias: constituição na forma de associação ou fundação de direito privado, patrimônio pertencente a sociedade civil ou ao poder público, não distribuição da sua renda, aplicação integral dos recursos nas suas atividades e desenvolvimento permanente de ações comunitárias. As ICES contam com as seguintes prerrogativas: ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionado às instituições públicas e recebem recursos orçamentários do poder público. Acredita-se que a legislação veio reconhecer o papel das instituições comunitárias e precisar a sua real identidade.

No Rio Grande do Sul, as universidades comunitárias organizam-se no Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), criado em 1996, com 15 universidades associadas. Em Santa Catarina, as universidades comunitárias organizam-se na Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), fundada em 1974 e que congrega 16 fundações educacionais, criadas com apoio do Governo do Estado e de Prefeituras.

Dentre as Universidades Comunitárias que compõem o COMUNG, está a Universidade de Passo Fundo, que em 2013, completou 45 anos de existência.

Os primórdios desta instituição, na década de 1950, já sinalizavam para o cunho comunitário. A UPF, desde a origem, em 1968, adotou uma vocação regional: seu primeiro Estatuto já definiu que um dos objetivos da UPF é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. Nicolas (2013) chama a atenção para os motivos desse fenômeno social que, em pleno século XX, se constitui em uma universidade essencialmente pública, plenamente comunitária no seu mais amplo sentido, criada pela própria comunidade, sem

decreto régio, nem bula papal, sem influência confessional nem amparo político, sem interesses empresarias nem patrimônio federal e sem recursos governamentais.

Nesta perspectiva, é imprescindível salientar que a Universidade de Passo Fundo, nestes 45 anos de existência, apresenta um processo de consolidação da pesquisa ancorado em um contexto sócio histórico, no entrelaçamento institucional entre a gestão universitária e as políticas de pesquisa.

### **3 ENTRELACEMENTO INSTITUCIONAL ENTRE A GESTÃO UNIVERSITÁRIA E AS POLÍTICAS DE PESQUISA**

A Universidade de Passo Fundo tem como uma de suas características o modelo comunitário, se caracteriza por ser particular/privada, mas com caráter público não estatal. Nessa perspectiva, em sua trajetória institucional de consolidação da pesquisa, a ‘pós-graduação’ na UPF e, em seu bojo, à ‘pesquisa’, teve início em 1976, a partir da realização de cursos de especialização. A pós-graduação em sentido estrito foi institucionalizada em 1996 com o funcionamento do curso de mestrado na área das ciências agrárias. O foco da pós-graduação, seja no sentido *lato* ou *stricto sensu*, é a pesquisa, que, conforme Severino (2012) consiste em expor e explorar a estrutura dos objetos, mediante instrumentos epistemológicos e técnicos adequados, a partir das fontes primárias, graças as quais estes efetivam a sua realidade.

Desde 1996, a UPF oferece cursos de pós-graduação *stricto sensu*, consolidando-se a pesquisa por meio de investimentos realizados ao longo dos anos na capacitação de seus docentes em nível de doutorado e no desenvolvimento da infraestrutura necessária nesse nível de ensino. Em 2014, a UPF conta com treze programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo nove cursos de Mestrados Acadêmicos (Agronomia, Educação, História, Engenharia, Letras, Envelhecimento Humano, Odontologia, Bioexperimentação e Direito), quatro cursos de Doutorado (Agronomia, Educação, Letras e História) e três Mestrados Profissionais (Projeto e Processo de Fabricação, Computação Aplicada e Ensino de Ciências e Matemática).

Para uma visão abrangente do *stricto sensu* da UPF, lista-se, na sequência, os programas, os níveis, o ano do início do programa, o número de alunos matriculados e de defesas realizadas nos anos de 2011 e 2012.

**Tabela 1-** Programas de pós-graduação *stricto sensu*, início do programa, nº de alunos matriculados e defesas realizadas no ano de 2011/2012

PROGRAMA	NÍVEL	ANO DE INÍCIO DO PROGRAMA	ALUNOS MATRICULADOS		DEFESAS	
			2011	2012	2011	2012
Agronomia	ME	1996	67	67	16	16
	DO	2004	21	21	02	02
Educação	ME	1997	65	65	23	23
	DO	2012	-	9	-	-
Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental	ME	2003	45	45	12	12
História	ME	1999	37	37	22	17
	DO	2014	-	-	-	-
Letras	ME	2003	44	44	15	21
	DO	2014	-	-	-	-
Envelhecimento Humano	ME	2009	52	52	25	25
Odontologia	ME	2011	20	20	-	-
Projeto e Processos de Fabricação – Engenharia Mecânica	MP	2012	25	25	-	-
Bioexperimentação	ME	2012	-	-	-	-
Ciência e Tecnologia de Alimentos	ME	2013	-	-	-	-
Computação Aplicada	MP	2013	-	-	-	-
Ensino de Ciências e Matemática	MP	2013	-	-	-	-
Direito	ME	2014	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>ME/MP/DO</b>	<b>-</b>	<b>361</b>	<b>370</b>	<b>115</b>	<b>116</b>

**Fonte:** elaborada com base em relatórios UPF (2011/2012)

Nota: o símbolo - significa a não existência

\*Os Mestrados em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Computação Aplicada e Ensino de Ciências e Matemática realizaram os processos seletivos em 2013 e efetivaram a matrícula em 2014

Legenda: ME - Mestrado Acadêmico; MP - Mestrado Profissional; DO - Doutorado

O processo de consolidação da pesquisa requer um olhar sobre o entrelaçamento institucional entre a gestão universitária e as políticas de pesquisa.

A gestão da Universidade de Passo Fundo, não se efetiva somente pela eleição dos dirigentes, mas também pelos órgãos colegiados que participam do processo coletivo de tomada de decisões e na deliberação.

As políticas no âmbito da gestão e infraestrutura centralizam na implementação de uma gestão ágil, democrática e descentralizada, na formação de recursos humanos qualificados e comprometidos, na consolidação de uma gestão financeira sustentável, na promoção de um marketing institucional disseminado e praticado, no investimento em infraestrutura adequada e otimizada, na efetivação do planejamento sistêmico e no estabelecimento de políticas no âmbito da responsabilidade social (PDI, 2012/2016).

Compreender a gestão na universidade, segundo Franco, Alonso e Longhi (2011) é compreender o planejamento estratégico e a sustentabilidade para o desenvolvimento

institucional, a organização, a ação e a avaliação acadêmicas que se consubstanciam em programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No caso da gestão da educação superior, segundo Franco (2007), considera-se que esta envolve decisões estratégicas que refletem os modelos de relacionamento entre as instituições/sistema de ES no nível conceitual (documentos) e/ou práticas do processo decisório e que elas revelam uma racionalidade prevalente. O conceito subjacente de gestão envolve instituições nas quais a educação tem lugar e seu(s) objetivo(s) compreende(m) pressuposições sobre a pesquisa/ensino/extensão e princípios de organização. A gestão exige conhecimento profissional e condições de sustentabilidade, e, segundo Clark (2006), principalmente um núcleo forte e competente de gestão.

Para a consolidação da pesquisa na universidade é necessário uma gestão que tenha planos institucionais e assuma processos decisórios. No que diz respeito às políticas institucionais de pesquisa, Longhi (2011) afirma que estas implicam grande variedade de decisões e tarefas consequentes, envolvendo o planejamento, o acompanhamento e a avaliação destas, no todo da vida institucional. Alguns destaques desse conjunto merecem ser comentados: regulamentação da atividade de pesquisa, estrutura organizacional, linhas de pesquisa, grupos de pesquisa, formação continuada de pesquisadores, organização e participação em eventos científicos, educação científica, iniciação científica, formas de socialização e divulgação dos resultados da pesquisa.

Para este estudo, optou-se em referenciar dentre as políticas de pesquisa, os grupos de pesquisa e os programas de formação docente. O procedimento metodológico se articulou em dois eixos analíticos: na reflexão teórica-contextual, na qual são focalizados aspectos dos documentos institucionais e na abordagem qualitativa das reflexões produzidas na pesquisa de campo.

Nesta perspectiva, foram realizados levantamentos nos relatórios institucionais dos anos de 2011 e 2012, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Também foram realizadas oito entrevistas com gestores universitários: Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários e coordenadores dos programas de pós-graduação (PPG) *stricto sensu* (período compreendido entre 2011 e 2013) em Educação, História, Letras e Envelhecimento Humano. A opção por estes mestrados centram-se por serem voltados para a formação docente e o mestrado em Envelhecimento Humano, além desta perspectiva, por ter cunho interdisciplinar. Salienta-se que para caracterizar a transcrição das respostas dos gestores, utilizou-se as siglas G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7 e G8.

Com relação aos grupos de pesquisa, é relevante destacar a lição de Severino (2012), que ressalta a importância da atuação em grupo, em equipe, como efetivas comunidades de pesquisa. A experiência das universidades comunitárias monitoradas pela sociedade civil de sua região de abrangência, sem fins lucrativos e radicada em seu entorno, pode ser (re)pensada em suas possíveis conexões. Nessa perspectiva, os grupos de pesquisa consolidam a pesquisa. O grupo de pesquisa<sup>3</sup>, segundo o CNPq (2013), consiste em

[...] um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças: cujo fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico; no qual existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa; cujo trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa; e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos.

Goergen (2012) reforça que os grupos de pesquisa são integrados por investigadores de diversas regiões e países, de culturas e línguas diferentes. A qualidade da gestão da pesquisa na universidade brasileira perpassa pelos ‘grupos de pesquisa’ – GPs. Eles são de fato espaços de pesquisa e de sua institucionalização e cada vez mais se evidencia sua importância na edificação da ciência que a realidade brasileira requer (FRANCO; LONGHI, 2009).

Os grupos de pesquisa são indutores da institucionalização de projetos. Longhi (2009), ao realizar uma retrospectiva da pesquisa na UPF, salienta que a UPF, desde sua instalação, além do ensino e das atividades de extensão, mostrou interesse nas atividades de pesquisa. Salienta que no ano de 1996, a UPF cadastrou pela primeira vez 10 Grupos de pesquisa junto ao CNPq, no período em que a instituição instalou seus primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Realizando um levantamento no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, percebe-se o panorama dos grupos de pesquisa na UPF. A seguir apresenta-se o panorama destes grupos, das linhas, dos pesquisadores, estudantes e técnicos de acordo com os censos de 2000 a 2010.

---

<sup>3</sup> O conceito de grupo de pesquisa, construído desde o início do projeto do Diretório dos Grupos de Pesquisa, continua o mesmo: trata-se de um grupo de pesquisadores, estudantes e pessoal de apoio técnico que está organizado em torno à execução de linhas de pesquisa segundo uma regra hierárquica fundada na experiência e na competência técnico-científica. Esse conjunto de pessoas utiliza, em comum, facilidades e instalações físicas. Como se vê, a(s) linha(s) de pesquisa subordina(m)-se ao grupo, e não o contrário.

**Tabela 2** – Nº de grupos de pesquisa, linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e técnicos

CENSO	GRUPOS G	LINHAS DE PESQUISA L	PESQUISADORES P	ESTUDANTES E	TÉCNICOS T
2000	56	187	380	348	75
2002	71	216	384	262	69
2004	94	267	597	517	111
2006	105	286	725	593	98
2008	90	242	620	556	108
2010	98	257	691	729	123

**Fonte:** elaborada com base em Longhi (2009) e CNPq (2010)

Nota: \*disponível em: <http://dgp.cnpq.br/planotabular/>

\*\*em geral, há dupla contagem no número de pesquisadores, estudantes e técnicos, tendo em vista que o indivíduo que participa de mais de um grupo de pesquisa foi computado mais de uma vez.

Os dados revelam que houve oscilações no período de 2000 a 2010, em relação a todos os aspectos, embora tenha havido crescimento ao longo dos anos. Longhi (2009) atribui essa oscilação à extinção de alguns grupos e à manutenção da trajetória de outros.

Corroborar essa perspectiva um gestor entrevistado, quando manifesta:

Existem setores e grupos de pesquisa já consolidados que têm conseguido manter a produção, atingindo patamares de produção reconhecidos nacional e internacionalmente. A ampliação e consolidação dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, têm contribuído para o crescimento da pesquisa na instituição. (G 3).

Os grupos de pesquisa agregam a existência de ‘Linhas de Pesquisa’ – LP, que segundo Longhi (2011) representam prioridades institucionais a partir de temáticas de origem justificada (científica ou social), de problemas reais de qualquer ordem; alimentam, reciprocamente, as ações de ensino em todas as etapas da educação superior – graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* e de extensão desenvolvidas. As linhas de pesquisa bem justificadas transformam-se em programas específicos que ocorrem na graduação e pós-graduação, envolvendo a comunidade acadêmica, articulando a pesquisa ao ensino e à extensão como formas de efetivar o compromisso social e político da instituição. Também servem como sinalizadores e, ao mesmo tempo, precisam suportar a análise crítica e multidisciplinar das consequências do conhecimento produzido, as repercussões e os efeitos de sua socialização. A análise deve ser ampliada, pois não poderá ser restrita apenas à comunidade acadêmica.

Severino (2012) salienta que as linhas de pesquisa são oferecidas pelos programas justamente para criar espaços adequados para a atuação solidária de vários pesquisadores cujas competências e interesses permitam uma atividade conjunta, integrada e convergente,

produzindo coletivamente o conhecimento no seu âmbito temático. Estas não devem apenas articular temas, mas também agregar pessoas.

Ao referirem-se sobre a proposição de políticas institucionais para a pesquisa, os gestores se manifestam:

Isso é novo de 3 anos pra cá, foi uma implantação de gestão a primeira política clara, apontamentos nítidos para qualidade em detrimento à quantidade, os níveis hoje não são mais definidos por uma mera pontuação mas apontam claramente para os programas tanto de redação científica quanto de editoração para um aumento quantitativo, qualitativo da produção internacional. (G 7).

Das 40 horas, de 8 a 10 horas são dedicadas à graduação, que é uma das exigências, que o professor não pode ficar só na pós-graduação, o restante dessas 40 horas são dedicadas inteiramente à pós-graduação, à pesquisa, às orientações e à produção intelectual (G 2).

Em termos mais pragmáticos, nós teríamos para quem trabalha no *stricto sensu* 16 horas de pesquisa. Eu considero isso algo muito positivo e algo muito próximo inclusive das universidades federais. Acho que a Universidade está se conscientizando que é a necessidade da busca de financiamentos para os programas de pós-graduação, que, diga-se de passagem, é também um sinônimo de qualidade. (G 5).

Nesse sentido, emerge como importante a questão da *sustentabilidade da pesquisa* que, segundo Longhi (2011), é assegurada no orçamento institucional, porém, alicerçada na participação e empenho dos pesquisadores em concorrer a editais de agências de fomento à pesquisa, na busca de parcerias para a realização de pesquisas ou do apoio às atividades de ou vinculadas à pesquisa ou a sua divulgação/socialização. A existência de infraestrutura adequada implica o acesso a laboratórios, equipamentos, salas especializadas, biblioteca, recursos tecnológicos, informáticos, de variadas ordens. Os gestores se manifestam quanto à preocupação com a pesquisa:

Sim, a UPF possui a Vice-Reitoria de Pós-Graduação e a Vice-Reitoria de Graduação. Ela tem muito essa preocupação do ensino sempre amparado na pesquisa e também na extensão, então a toda uma preocupação nesse sentido que os professores realizam pesquisa e para isso a Vice-Reitoria define um percentual de carga horária pra esses professores que são pesquisadores. (G 1).

As políticas de pesquisa da UPF existem, mas sofrem as restrições decorrentes da falta ou da escassez de recursos que a instituição dispõe para a manutenção de tal atividade. O processo de credenciamento dos pesquisadores ocorre periodicamente, seguindo os critérios de produtividade dos órgãos de gestão da pesquisa do país.(G 6).

Há políticas pelas normativas que existem.(..)Há projeção da Pós-graduação como lugar da pesquisa.(G 4).

O trabalho do professor pesquisador é fundamental na iniciação científica, na graduação, na pós-graduação e na extensão. Nessa perspectiva, um gestor se expressa:

A graduação precisa ser olhada, esse professor precisa olhar para as iniciações científicas, para o trabalho de extensão. A pesquisa precisa derivar das proposições, dos projetos de extensão, assim como a extensão precisa gerar pesquisa e tudo isso na interface como ensino. (G 7).

A UPF propõe uma nova estratégia de ‘gerenciamento da pesquisa institucional’, a qual apresenta os seguintes princípios gerais: deve contar com um quadro de professores pesquisadores que dediquem parte de sua carga horária à condução de projetos de pesquisa; a dedicação à pesquisa deve gerar produtos de pesquisa, sobretudo na forma de publicações, e a carga horária destinada à pesquisa está vinculada à produção científica do professor pesquisador; aos cursos de graduação cabe definir ações de pesquisa em consonância com seus projetos pedagógicos, integrando os professores pesquisadores das unidades de ensino em grupos de pesquisa com linhas de pesquisa claramente definidas a partir das potencialidades de cada área; a pesquisa institucional pressupõe o envolvimento direto do corpo discente e os projetos de pesquisa institucionalizados constituem os instrumentos pelos quais os professores pesquisadores candidatam-se a recursos e bolsas, mas não determinam a carga horária dedicada à pesquisa dos professores pesquisadores; o desenvolvimento da pesquisa deve estar em conformidade com os princípios da ética. (PDI, 2012/2016).

Ao salientar sobre a regulamentação das atividades de pesquisa, Longhi (2011) afirma que o que se preza é o primado da transparência, da democratização, da possibilidade e do compromisso de fazer pesquisa na universidade. Para que isso ocorra, entende-se igualmente indispensável a existência de uma ‘estrutura organizacional’ capilar para a pesquisa, desde os órgãos centrais da administração (conselhos superiores, pró ou vice-reitorias, coordenações), que se desdobre como presença descentralizada e atuante em unidades/ departamentos/ divisões/ setores/ núcleos chegando até os docentes, os alunos e os funcionários. Nesse mesmo conjunto, pode-se destacar a importância e a imprescindibilidade da existência de ‘comissões internas e externas’ para avaliação, emissão de pareceres e acompanhamento de projetos e de outras solicitações pertinentes à atividade de pesquisa (licenças, convênios). Destaca-se, ainda, como indispensável, a presença ou a possibilidade de acesso a ‘Comitês de Ética em Pesquisa’.

No que diz respeito às políticas, percebe-se que há um direcionamento e uma preocupação com as proposições da pesquisa e também com o subsídio aos professores para a realização das pesquisas, como tempo para realizá-las.

Um aspecto de necessidade relacionado à pesquisa é a possibilidade de um maior mapeamento e maior interlocução na própria instituição e na extensão. Tal necessidade fica evidente na fala de um gestor:

Tem proposição de políticas de pesquisa, tem uma normatização em torno da pesquisa, procura-se estimular para que se desenvolva as diferentes áreas do conhecimento. Mas me parece que nos carecemos talvez um mapeamento maior das pesquisas que nós fazemos, de uma interlocução maior entre nós, isso não só na pesquisa, isso na extensão, nos projetos. Porque às vezes também, o trabalho do pesquisador é solitário, o pesquisador muitas vezes, também acaba fazendo voos solos. Eu acho fundamental para que a gente possa olhar pra instituição, o que nós temos, o que nós produzimos, como nós produzimos, para quê, acho que desdobrar isso do ponto de vista da pesquisa é importante. (G 8).

As políticas no âmbito da pesquisa estão orientadas para: a qualificação e consolidação da pesquisa institucional; o aprimoramento da infraestrutura institucional para a pesquisa; a aproximação entre a pesquisa e a comunidade externa; o fortalecimento da iniciação científica na UPF e a consolidação do Comitê de Ética em Pesquisa da UPF (PDI, 2012/2016).

No que diz respeito ao apoio institucional para realização de doutorados, o quadro a seguir ilustra o panorama no ano de 2011 e 2012.

**Tabela 3** - Cursos e números de docentes que receberam apoio institucional para realização de Doutorados, em 2011 e 2012

CURSO	IES	NÚMERO EM 2011	NÚMERO EM 2012
Agronomia	UPF	1	-
Ciências Veterinárias	UFRGS	1	-
Educação Científica e Tecnológica	UFSC	1	-
Psicologia	PUCSP	1	-
Administração	Unisinos	-	1
Cardiologia e Ciências Cardiovasculares	UFRGS	-	1
Gerontologia Biomédica	PUCRS	-	1
Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem	PUCSP	-	1
Ciências Contábeis	FURB	-	1
<b>Total</b>	-	<b>4</b>	<b>5</b>

**Fonte:** elaborada com base em relatórios UPF (2011/2012)

Nota: o símbolo – significa inexistente

Percebe-se que, em 2011, quatro professores receberam apoio institucional para a realização do doutorado, dois nas áreas de ciências agrárias, um na área das ciências humanas e um na área do ensino e matemática. Em 2012, cinco docentes receberam apoio institucional, dois na área de ciências sociais aplicadas, dois na área de ciências da saúde e um na área de

linguística, letras e artes. Salienta-se que a licença pós-doutoral<sup>4</sup> foi institucionalizada em 2009 e, nos anos de 2011 e 2012, dez docentes vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* foram contemplados com licença pós-graduação para fazer estágio pós-doutoral. A tabela abaixo expressa essa concessão.

**Tabela 4** - Unidade, área e nº de docentes com licença pós-doutoral em 2011 e 2012

UNIDADE	ÁREA	IES	Nº em 2011	Nº em 2012
FEAR	Engenharia Mecânica	Universida Politécnica de Madrid	1	-
IFCH	Estudos de Linguagem História Filosofia Sociologia Política Educação Letras	ΓEHES/Paris UF Rio de Janeiro Univ. Campinas Univ. de Milão UA do Estado do México Univ. de Estudo de Milão Univ. de Extremadura/Espanha Univ. Estadual de Campinas	4	4
ICB	Enfermagem	Univ. Federal de Santa Catarina	-	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

**Fonte:** Fonte: elaborada com base em relatórios UPF (2011/2012)

Nota: o símbolo – significa inexistente

FEAR: Faculdade de Engenharia e Arquitetura; IFCH: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; ICB: Instituto de Ciências Biológicas

Reforça essa política de apoio institucional a fala de um gestor:

Uma política importante é o programa de formação docente, que possibilita a liberação parcial ou integral da carga horária do professor para realização de curso de doutoramento ou de estágio pós-doutoral.(G 3).

Reitera-se a consolidação da pesquisa na UPF, por meio da gestão universitária e das políticas de pesquisa institucionalizadas. Sabe-se que várias são as políticas de pesquisa, mas ressalta-se neste estudo, a importância dos grupos de pesquisa e o apoio institucional para a formação docente.

#### 4 ENCAMINHAMENTOS CONCLUSIVOS

A UPF é parte do todo social mais amplo. Os movimentos para consolidação da pesquisa não se estabelecem longe de contradições, visões de mundo e interesses, instâncias de poder e decisão, mas o que é possível perceber é a sobreposição desses aspectos em detrimento ao sentido de público e o desejo desta consolidação.

<sup>4</sup> Evidencia-se que, no ano de 2009, o Programa de Pós-Graduação em Agronomia recebeu o primeiro aluno para realização do estágio pós-doutoral, com a incumbência de agregar novos conhecimentos científicos nessa área. Nos anos subsequentes, outros alunos puderam realizar estágio pós-doutoral neste mesmo programa.

Este estudo objetivou analisar e compreender o processo de consolidação da pesquisa na Universidade de Passo Fundo, no que tange a gestão universitária e as políticas de pesquisa. Pelo estudo realizado, foi possível perceber o compromisso da gestão universitária frente às políticas de pesquisa na UPF. Estas políticas reforçam a consolidação da pesquisa e são direcionadas ao cuidado ético; ao apoio institucional à capacitação docente e ao fortalecimento dos grupos de pesquisa.

O fortalecimento dos grupos de pesquisa na UPF atingiu patamares da produção de pesquisa reconhecidos nacional e internacionalmente. Quanto às políticas de pesquisa institucionalizadas, estas se voltam para o apoio à capacitação docente, bem como para a vinculação do professor pesquisador na iniciação científica, na graduação, na Pós-graduação e na extensão. Neste sentido, o ensino está amparado na pesquisa e na extensão e entende-se a Pós-graduação como *locus* da pesquisa institucional.

Este estudo também aponta alguns desafios a serem enfrentados como a necessidade de um mapeamento maior das pesquisas produzidas e a aproximação mais efetiva entre a pesquisa e a comunidade interna e externa.

Nesse ínterim, é possível perceber as especificidades da trajetória dessa instituição, percebendo o processo de consolidação da pesquisa como expressão da sua cultura institucional e como fator fundamental na busca de elementos significativos que permitam identificar os movimentos expressos em sua teia de significações que a constituem como a universidade Comunitária.

## **UNIVERSITY POLICIES AND MANAGEMENT RESEARCH: a consolidation of research in a community university**

### **ABSTRACT**

The following article is inserted in the Higher Education research field regarding the research consolidation in a community university, which is established in a higher education institution differentiation pattern. The objective of this article centers to analyze and understand the research consolidation process at Universidade de Passo Fundo. The article was divided in two items: the tangle between Brazilian universities and Community universities and the institutional tangle between the university management and the research policies. The conclusive guiding brings back the research advances and challenges.

**Keywords:** University Management. Research Policies. University.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. Disponível em: <<http://www.afe.org.br/new/index.php>> . Acesso em: 20 out. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/>> . Acesso em: 20 out. 2013.

ATLAS SÓCIO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=485>> . Acesso em: 23 mar. 2013.

BERTOLINI, Julio Cesar Godoy; SOUZA, José Carlos Carles de. **Planejamento Institucional de uma Universidade Comunitária**. Passo Fundo: UPF Editora, 2012.

BITTAR, Mariluce. **O Ensino Superior Privado no Brasil e a Formação do Segmento das Universidades Comunitárias**. 2000. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1108T.PDF](http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1108T.PDF)>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. **Constituições da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%B5es\\_brasileiras](http://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%B5es_brasileiras)>. Acesso em: 30 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <[bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei 12 881/13**. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2013/Nov/14/lei-no-12-881-de-12-de-novembro-de-2013-dispoe>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

CLARK, Burton. Em busca da Universidade Empreendedora. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs). **Inovação e Empreendedorismo na Universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

CNPQ. **Diretório dos Grupos de Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm>> . Acesso em: 10 nov. 2013.

COMUG. Disponível em: <[http://www.comug.org/COMUG\\_Website/COMUG\\_2013.html](http://www.comug.org/COMUG_Website/COMUG_2013.html)>. Acesso em: 10 out. 2013.

DURSTON, John. **Qué es el capital social comunitario?** 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/4885/lc11400.pdf>> . Acesso em 20 abri. 2013.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Política e Gestão da Educação Superior: Discutindo a construção de categorias e repercussões na formação do professor. **V Congresso Luso-**

**Brasileiro Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, UFRGS / ANPAE / FPSE / E.F.E.E, 2007, 12 p. (CDROM).

\_\_\_\_\_ ; LONGHI, Solange Maria. Universidades Comunitárias: forças e fragilidades. In: BITTAR, Mariluce et al. **Educação Superior no Brasil – 10 anos pós LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

\_\_\_\_\_ ; AFONSO, Mariangela da Rosa; LONGHI, Solange Maria. Qualidade e Indicativos na Gestão da Universidade. In: \_\_\_\_\_ ; MOROSINI, Marília. **Qualidade na educação superior: dimensões e indicadores**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. Disponível em: < <http://www.pucrs.br/edipucrs> >. Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_ ; LONGHI, S. M.; RAMOS, M. G. **Universidade e pesquisa: espaços de produção do conhecimento**. Pelotas: Editora UFPel, 2009.

FRANTZ, W. **Universidade Comunitária: uma iniciativa pública não estatal em construção**. Ijuí: Editora Unijui, 2004.

GOERGEN, Pedro. **A internacionalização dos programas de pós-graduação**. Disponível em: < <http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/362/showToc> >. Acesso em: 20 fev. 2013.

HISTÓRICO DA UPF. Disponível em: < <http://www.upf.br/45anos/historia.php> >. Acesso em: 20 set. 2013.

LONGHI, Solange Maria. A face comunitária da universidade. 1998. 442 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. Qualidade na gestão e pesquisa. In:FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília. **Qualidade na educação superior: dimensões e indicadores**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. Disponível em: < <http://www.pucrs.br/edipucrs> >. Acesso em: 20 set. 2013.

MARGINSON, Simon; RHOADES, Gary. **Além dos Estados Nacionais, mercados e sistemas de ensino superior: uma agência heurística glonocal**. 2002. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/37970529/hed-2002-marginson-rhoades> >. Acesso em: 20 nov. 2013.

MARTINS, Carlos Benedito. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós graduação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. **Capex, 50 Anos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Capes, 2001.

MORAIS. João Luiz de (Org). **Perfil das Universidades Comunitárias**. São Paulo: Loyola, 1989.

MOROSINI, Marília da Costa. Universidades (verbete). \_\_\_\_\_ ; et al. **Enciclopédia da Pedagogia Universitária**. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.

MUSSELIN, Christine. Ensino Superior (verbete). ZANTEN, Agnés van (Coord.). **Dicionário de Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

NICOLAS, José Luis. Carta aberta aos inúmeros e incondicionais amigos simpatizantes do modelo de Universidade que me cativou. IN: TASCA, Ivaldino. **Eu e a UPF**. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2013.

RELATÓRIOS UPF – 2011 e 2012. Disponível em: <  
<https://secure.upf.br/apps/conteudo/mapaConteudo.php?u=90184> >. Acesso em: 20 jan. 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHMIDT, João Pedro; CAMPIS, Luiz Augusto Costa. As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não-estatal. In: SCHMIDT, João Pedro (Org.). **Instituições Comunitárias**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Pós-graduação, pesquisa e formação: desafios da contemporaneidade. **Revista Espaço Pedagógico**. Disponível em: <  
<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/362/showToc> >. Acesso em: 30 set. 2013.

VANNUCCHI, Aldo. **A Universidade Comunitária**. São Paulo: Loyola, 2003.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Disponível em: <  
[http://www.upf.br/site/index.php?pf=2&option=com\\_frontpage&Itemid=42](http://www.upf.br/site/index.php?pf=2&option=com_frontpage&Itemid=42) >. Acesso em: 30 set. 2013.